



CADERNO DE PROVAS

**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE ESTÁGIO 2025
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

INSTRUÇÕES

01. No caderno de prova há 10 (dez) questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções sendo: a), b), c), d), contendo apenas uma alternativa correta;
02. Após as questões objetivas, inicia a prova discursiva contendo 01 (uma) questão de caráter subjetivo;
03. Verifique o Caderno de Provas. Antes de começar a responder as questões, confira-o atentamente. Nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova. Caso necessário, peça ao fiscal da sala um outro caderno;
04. Durante a prova, não será admitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, smartphones etc.);
05. O candidato disporá de 04(quatro) horas para a realização das provas objetiva e discursiva, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta e da Folha Definitiva da Prova Discursiva, o que deverá ser feito utilizando caneta esferográfica azul ou preta;
06. Ao receber seu Cartão-Resposta da prova objetiva, confira os dados impressos com seu nome e número de inscrição e depois assine o cartão;
07. A Folha Definitiva da Prova Discursiva deverá ser preenchida somente com o número de inscrição do candidato. **NÃO ASSINE, NÃO RUBRIQUE E NEM COLOQUE QUALQUER PALAVRA, MARCA OU SÍMBOLO** que possa identificá-lo, sob pena de anulação da prova;
08. O Cartão-Resposta e a Folha Definitiva da Prova Discursiva não serão substituídos em hipótese nenhuma. Não os rasure e nem os amasse;
09. Será anulada a questão cuja resposta, no Cartão-Resposta, contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta;
10. Não serão corrigidas provas discursivas escritas com letra ilegível, e o candidato será desclassificado do processo seletivo;
11. Ao término da prova, o candidato deverá chamar o fiscal mais próximo e lhe entregar o Cartão-Resposta e a Folha Definitiva da Prova Discursiva;
12. Somente será permitido levar o caderno de prova após transcorrido o prazo de 1 (uma) hora do início das provas.

Boa Prova!

I – PROVA OBJETIVA

Grupo 1

Direito Administrativo

1. A respeito dos aspectos que envolvem os atos administrativos, marque a opção correta:

- a) O mérito administrativo corresponde ao grau de flexibilidade para a prática do ato administrativo vinculado, a bem do interesse público.
- b) A imperatividade é o atributo do ato administrativo que pode autorizar a sua imposição a terceiros, independentemente de concordância.
- c) Os atos administrativos podem ser anulados pela própria Administração pública, vedada a apreciação pelo Poder Judiciário.
- d) Denomina-se concessão o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual o Poder Público possibilita ao particular a utilização de um bem público.

Direito Constitucional

2. Sobre o controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Deve levar em consideração a jurisprudência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde que decorrente de casos nos quais o Estado tenha sido parte.
- b) Deve ser realizado de ofício como função e tarefa de qualquer autoridade pública, inclusive por membros do Ministério Público;
- c) Tem como objeto de confronto a normativa infraconstitucional dos Estados e não analisa as normas constitucionais dos Estados.
- d) Nenhuma das alternativas.

3. Com relação aos povos e comunidades tradicionais no contexto jurídico brasileiro, assinale a opção incorreta:

- a) Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.
- b) A Constituição de 1988 rompe o sistema constitucional anterior e reconhece o Estado brasileiro como pluriétnico;
- c) A teoria do impacto desproporcional consiste na ideia de que toda e qualquer prática empresarial ou governamental, ainda que não provida de intenção discriminatória no momento de sua concepção, deve ser condenada por violação ao princípio constitucional da igualdade material se,

em consequência de sua aplicação, resultarem efeitos nocivos de incidência especialmente desproporcional sobre certos grupos;

d) A consulta livre, prévia e informada deve ser aplicada apenas aos povos indígenas e o STF não reconhece este direito às comunidades quilombolas.

Direito Civil

4. Sobre o princípio da isonomia, assinale a alternativa correta:

a) Com base no princípio da igualdade, deve ser assegurado ao candidato a remarcação de teste de aptidão física em concurso público em razão de problema temporário de saúde.

b) O conceito de racismo se limita aos aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos. Por isso, a homofobia não está abrangida no crime de racismo.

c) O Poder Judiciário não pode determinar a equiparação de vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

d) Com fundamento na isonomia, dependente de militar transferido no interesse do serviço e estudante do ensino superior tem direito a transferência para estabelecimento localizado no novo local de trabalho, seja ele público ou privado.

5. Roberta, maior e capaz, é travesti e quer alterar seu nome e sexo no registro civil de nascimento. De acordo com o STF, a alteração é possível sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização:

a) Extrajudicialmente, desde que realizada perícia psicossocial e esteja assistida pelos seus pais biológicos.

b) Extrajudicialmente, desde que realizada terapia hormonal.

c) Extrajudicialmente, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.

d) Apenas judicialmente, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.

Direito Processual Civil

6. Considerando o disposto no CPC, marque a opção incorreta:

a) É possível modificar a competência relativa pela conexão ou continência, mas não a competência absoluta.

b) A competência do juízo é determinada no momento em que se registra ou que é distribuída a petição inicial.

c) A assistência judiciária gratuita poderá ser deferida ao estrangeiro residente no Brasil, mas não àqueles residentes no exterior.

d) Pelo princípio da instrumentalidade das formas, que tem previsão na legislação processual civil, quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

7. Segundo os direitos defendidos pelo MP na tutela coletiva, assinale a alternativa correta:

a) Consideram-se interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

b) Consideram-se interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo indeterminável de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

c) Consideram-se interesses ou direitos individuais homogêneos, aqueles de natureza indivisível, decorrentes de origem comum.

d) Consideram-se interesses ou direitos coletivos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Direito Penal

8. A jurisprudência dos Tribunais Superiores estabelece que:

a) A criminalização do desacato é incompatível com a Constituição Federal, em razão da liberdade de expressão.

b) No caso de condenação pelo crime de tortura, a perda do cargo público é uma consequência automática.

c) A cassação da aposentadoria pode ser determinada como efeito da condenação, mas não como um efeito automático, e sim mediante fundamentação do juiz na sentença.

d) A imprescritibilidade, para os casos em que a Constituição Federal admite, age apenas em relação à prescrição da pretensão punitiva.

9. Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

a) Descumprida qualquer das condições estipuladas no ANPP, o MP pode imediatamente considerá-lo como descumprido e apresentar a denúncia

b) Não será cabível o acordo de não persecução penal nos casos em que forem cabíveis a transação penal e a suspensão condicional do processo.

- c) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade.
- d) Para formalizar o acordo de não persecução penal, mostra-se indispensável a forma escrita, e deve ser firmado pelo Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor. Após tal formalização, deve o acordo ser levado à homologação do Poder Judiciário.

Direito Processual Penal

10. Marque a alternativa CORRETA a respeito da investigação preliminar:

- a) Conforme o entendimento mais recente do STF, o inquérito policial é imprescindível para o oferecimento de ação penal nos crimes contra a administração pública.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, documentados ou não em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) O processo penal brasileiro não admite o chamado arquivamento implícito do inquérito policial.
- d) A Polícia Federal não pode investigar crimes de competência da Justiça Estadual.

II - PROVA DISCURSIVA

1. Ação civil pública do MPF aponta que órgão federal foi omissos por 10 anos na realização de políticas públicas para abastecimento hídrico em assentamento rural e, por isso, pediu dano moral coletivo. A juíza federal julgou parcialmente procedentes os pedidos, apenas para determinar a instalação hídrica na comunidade e julgou improcedente o pedido de dano moral coletivo, sob o argumento que não foi demonstrada falha no serviço ou desconsideração com o grupo social, e que o atraso se deu mais por entraves administrativos e burocráticos.

a) Disserte sobre o cabimento de dano moral coletivo e o entendimento dos Tribunais Superiores.

Folha Provisória / Rascunho

Após finalização repassar para a Folha Definitiva

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Folha Provisória / Rascunho

Após finalização repassar para a Folha Definitiva

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

Boa Prova!